

ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
 CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45
EDITAL TOMADA DE PREÇOS nº 006/2015
 Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 105

Tipo: MENOR PREÇO

O MUNICÍPIO DE MALTA, ESTADO DA PARAÍBA, designado pela Portaria/PMM nº 003, de 02 de Janeiro de 2015, torna público que impreterivelmente e após o credenciamento dos proponentes, será realizada licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS**, do tipo MENOR PREÇO, regime de empreitada por preço global, execução indireta, que obedecerá às disposições das normas da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações e Lei Complementar 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014 e disposições e exigências contidas neste Edital e nos seus anexos.

- **Recebimento dos envelopes:** impreterivelmente até as 08:40 h do dia 30 de Setembro do ano de 2015.
- **Sessão de credenciamento:** às 08:40 h do dia 30 de Setembro do ano de 2015.
- **Sessão de abertura da Proposta:** logo a seguir ao credenciamento

1.0 - DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é a Execução de obra de reconstrução de 08 (oito) Casas (melhoria habitacional para controle de doença de chagas) conforme especificações na planilha orçamentaria e edital e seus anexos, e lei 8.666/93

1.2 O objeto acima serão executados nas localidades conforme segue:

Nº	BENEFICIÁRIO	LOCALIDADE
01	RITA DOS SANTOS LEANDRO DE ARAUJO	RUA JOSE FRANCISCO DE SOUSA
02	LUCENI DOS SANTOS	RUA JOSE FRANCISCO DE SOUSA
03	FRANCISCA PEREIRA DOS SANTOS	RUA JOSE FRANCISCO DE SOUSA
04	MARIA DO SOCORRO F. FRANCISCO	TRAV FELIX RODRIGUES
05	FRANCISCA LIMA DE OLIVEIRA	TRAV.FELIX RODRIGUES
06	MARIA APARECIDA ALVES RIBEIRO	TRAV.FELIX RODRIGUES
07	SEVERINO EVIDIO DE SOUSA	RUA MONSEMHOR VALERIANO FERREIRA
08	COSMA RODRIGUES DE SOUSA	RUA PROJETADA 2

1.2. O valor da licitação estima em **R\$ 400.500,00(Quatrocentos mil e quinhentos reais)**. Sendo este valor o máximo aceitável pela administração, atendendo o disposto no inc. X, art. 40 da Lei nº 8.666/93. As propostas que apresentarem PREÇO GLOBAL SUPERIOR AO ORÇAMENTO BASE FORNECIDO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA SERÃO DESCLASSIFICADAS bem como as propostas que apresentarem preços unitários, superiores aos preços da planilha fornecida pela Prefeitura de MALTA.

1.3. Todos os materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços serão fornecidos pela empresa que venha a ser contratada.

1.4. As obras e serviços será executado sob fiscalização direta e imediata da Prefeitura Municipal de MALTA.

2.0 - LOCAL DA LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO EDITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 105



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 106

2.1. A reunião para recebimento e abertura da **DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS** na Sala de reuniões no anexo do Prédio da Prefeitura de MALTA, localizada a **Rua Manoel Marques, 67, Centro,, MALTA - Estado da Paraíba.**

2.2.. O caderno do edital completo deverá ser adquirido na Sala da Comissão de Licitação, sede da Prefeitura Municipal no endereço acima, em todos os dias úteis no horário de expediente, das 08:00 às 12:00 mediante o pagamento através de uma guia de recolhimento no valor de **R\$ 20,00 (vinte reais) à tesouraria da PMM.**

2.2.1. O valor citado no subitem 4.1. Refere - se ao custo de elaboração e reprodução deste edital e seus anexos.

2.3.. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente edital, deverá ser dirigida por escrito a o Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no endereço referido na cláusula 2.1. Deste edital até 05(cinco) dias antes da data da entrega dos envelopes. A resposta aos questionamentos será divulgada a todos os licitantes, sem a identificação da fonte, até o segundo dia anterior à data determinada para a sessão inaugural da licitação;

2.4. Ao receber a cópia deste Edital, o concorrente deverá obrigatoriamente, informar a Presidente da Comissão Permanente de Licitação, endereço, número de telefone, fax ou e-mail do mesmo.

3.0 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação os interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrado no município, ou que atenderem a todas as condições para a habilitação até o terceiro dia que anteceder a data da abertura das propostas, que seja exigida neste certame.

3.2. - É será vedada a participação de empresas que:

- a) estiverem sob processo de falência e/ou recuperação judicial;
- b) tenham sido declaradas inidôneas por ato do poder público;
- c) que estejam suspensas de participar em Licitação e impedidas de licitar, contratar, transacionar com a administração pública ou qualquer dos órgãos descentralizados;
- d) estejam reunidas em consórcio.
- e) Que tenham sócios, responsável técnicos, ou integrante da equipe técnica, que sejam funcionários do órgão licitante.
- f) Que por si ou seus sócios sejam participantes do capital de outra firma que esteja participando da mesma licitação;
- g) Que tenham Responsável Técnico ou integrante da equipe técnica pertencente a outra firma que esteja participando da mesma licitação;
- h) Que tenham participado da elaboração dos projetos ou anteprojetos da(s) obras(s) em pauta;
- i) Que possuam restrição no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), disponibilizado no site www.portaldatransparencia.gov.br/ceis.

3.3 DO CREDENCIAMENTO

3.3.1 Cada proponente deverá se credenciar, por pessoa, perante a Comissão Permanente de Licitação, apresentando a solicitado a seguir:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 02



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

a) Na condição de procurador – Documento oficial de identidade e instrumento público ou particular de procuração específica (**neste caso com firma reconhecida**) que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para praticar todos os atos inerentes ao certame, expedida pela licitante, datilografada ou impressa por meio eletrônico, em papel timbrado e assinatura **com firma reconhecida**.

a1) deverá ser juntada a cópia autenticada em cartório do ato que estabelece a prova de representação da empresa, em que constem os nomes dos sócios ou dirigentes com poderes para a constituição de mandatários.

b) Na condição de sócio, proprietário ou dirigente da sociedade – Documento Oficial de Identidade e cópia do contrato social registrado no órgão de registro de comércio competente ou documentação na qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações em nome da licitante;

c) Somente poderão manifestar-se em nome da empresa Licitante os representantes legais e/ou aqueles devidamente credenciados, portando CPF, RG.

d) **Deverá ser apresentado junto ao credenciamento do fornecedor a declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo constante no anexo IV, nos termos da IN nº 02, de 16 de setembro de 2009, do Governo Federal, sob pena de não recebimento dos envelopes de Habilitação e Proposta.**

e)- A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", antes do início do recebimento dos mesmos.

f). - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto à Comissão Permanente de Licitação, na mesma licitação.

g)- A participação na licitação implica na aceitação integral de todas as exigências constantes do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas técnicas aplicáveis.

3.4. Para participar desta licitação os interessados deverão entregar à C P L os envelopes DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS, de acordo com o item 5.0 do edital.

4.0 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

4.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2015, Convenio Funasa CV 0137/2014 – Unidade Orçamentaria 02.060 SECRETARIA DE SAUDE , Classificação Funcional 10 451 1003 1016 Implantação de Melhorias Habitacionais, Elemento de Despesa 4490.51 00 001 Obras e Instalações.

5.0 - DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO E DAS PROPOSTAS

5.1. HABILITAÇÃO

Para habilitarem-se nesta Licitação, atendidas as exigências legais, os interessados deverão apresentar, em 01 (uma) via os documentos necessários a Habilitação que deverão ser acondicionados no **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**, fechado com cola ou lacre, em original, sem emenda e nem rasuras, sem papeis reaproveitados, por qualquer processo de cópia legível e autenticada por cartório competente e ou por membro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, sob pena de **INABILITAÇÃO** em envelope lacrado, contendo no anverso os seguintes dizeres:

MUNICIPIO DE MALTA-PB
ENVELOPE HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 03



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 108

CNPJ Nº:
TOMADA DE PREÇOS nº 006/2015
DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.1.1. A apresentação dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas somente poderá ser feita por intermédio de REPRESENTANTE credenciado, com poderes para deliberar, inclusive renunciar e desistir de interposição de recursos, onde deverão ser apresentados à Comissão permanente de licitação em invólucros distintos e separados, todos fechados, com as informações a seguir discriminadas.

a) A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da PROPOSTA DE PREÇOS no ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.

b) As manifestações sobre os documentos de habilitação e das propostas somente poderão ser feitas por pessoas credenciadas.

5.1.2. As propostas de preços deverão ser apresentadas obrigatoriamente em papel timbrado da licitante, datilografadas em 02 (DUAS) via, numeradas sequencialmente, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente assinadas na última página e rubricadas em todas as demais, pelo responsável técnico e representante legal da empresa licitante;

5.1.3. A validade das Propostas de Preços deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da presente Licitação.

5.1.4. Os envelopes apresentados em desacordo com o estabelecido no item 5.1., não serão recebidos pela CPL.

5.2. Habilitação Jurídica

5.2.1. Certificado de Registro Cadastral do município de MALTA /PB, emitido até três dias úteis antes da data marcada para o recebimento dos envelopes, ou prova de que solicitou o cadastramento no mesmo prazo, neste caso ficando a habilitação condicionada a aprovação do cadastro;

5.2.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

5.2.3. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

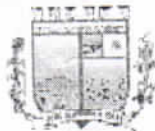
5.2.4. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2.5. Registro comercial, no caso de empresário individual, acompanhado da última alteração;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 04



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 109

5.2.6. Cédula de identidade dos sócios;

5.2.7. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) do Ministério da Fazenda;

5.2.8. - Certidão simplificada da Junta Comercial do Estado – sede da licitante. Este documento deverá estar atualizado e compatível com os dados da última alteração contratual; sob pena de não lhe serem aplicadas no certame as regras estabelecidas para microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive quanto a questão da regularidade fiscal, nos termos estabelecido na Lei Complementar 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

5.3 – Regularidade Fiscal e Trabalhista

5.3.1. - Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federal, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito d procuradoria da Fazenda Nacional (Certidão Unificada, conforme portaria MF 358, de 05 de setembro de 2014, alterada pela Portaria MF nº 443, de 17 de outubro de 2014), do domicílio sede da licitante, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006.No caso de filial este documento deverá ser apresentado em nome da Matriz;

5.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS), do domicílio sede da licitante, assegurada a regra para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 43 da Lei Complementar 123/2006 Lei Complementar 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014;

5.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada. As licitantes não sediadas no Município de MALTA deverão obter junto a Secretaria de Finanças do Município de MALTA a declaração e/ou Certidão Negativa de Tributos Municipais com este município.

5.3.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante certificado expedido pela Caixa Econômica Federal (nos termos do art. 27, alínea "a" da Lei nº 8036/90).

5.3.5. - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

5.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. *(Incluído dada pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011 - Vigência: 180 (cento e oitenta) dias após a data de publicação desta Lei)*

5.4 – CAPACIDADE TÉCNICA

5.4.1. – Registro e Quitação do licitante e seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA).

5.4.2. Demonstração de capacitação técnico-profissional mediante comprovação de possuir em seu quadro permanente até a data prevista para entrega da proposta, Engenheiro civil ou outro profissional devidamente reconhecido pelo CREA, detentores de certidões ou atestados de responsabilidade técnica (ART), fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhada de Certidão de Acervo Técnico, expedida pelo CREA, de características iguais ou semelhantes, limitadas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, conforme segue: CONSTRUÇÃO DE OBRA DE ALVENARIA, conforme segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 05



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 110

5.4.2.1. No atestado ou declaração de capacidade técnica deverá constar, sob pena de inabilitação, além das exigências citadas, as seguintes informações: nome do contratado e do contratante, nome ou razão social e CNPJ ou CPF do contratado, com identificação do signatário responsável pela emissão, e com firma reconhecida.

5.4.2.1.1 A critério da Comissão de Licitação, ouvida a área técnica, o atestado pode ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, inclusive com solicitação dos respectivos contratos que lhe deram origem, visitas ao local, fotos, etc.

5.4.3. A comprovação do vínculo dos responsáveis técnicos serão efetuadas mediante apresentação de um dos documentos a seguir indicados:

1) No caso de vínculo empregatício: cópia do contrato de trabalho com a empresa, constante na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), expedida pelo Ministério do Trabalho e Ficha de Registro de Emprego;

2) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa e todas as alterações contratuais, se for o caso, devidamente registradas no órgão do Registro do Comércio competente, do domicílio ou sede da licitante;

Parágrafo Primeiro- Fica estabelecido que para o cumprimento de que trata a o item 5.4.1. e 5.4.2. Serão aceitos contratos particulares de prestação de serviços feito com profissionais, com firma reconhecida em cartório das assinaturas do contratante e do contratado, celebrado de acordo com a legislação civil comum, vez que tal situação não configura o mesmo como sendo do "quadro permanente" da empresa.

Parágrafo segundo: No decorrer da execução da obra, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do artigo 30, §10, da Lei nº 8.666, de 1993, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

5.4.4. Declaração de visita ao município, declarando que visitou o local da obra e que tem pelo conhecimento das dificuldades dos serviços, devendo ser emitida e assinado, obrigatoriamente, pelo(s) Engenheiro(s) Civil (s), devidamente reconhecido pelo CREA, responsável técnico da Empresa detentora dos atestados de capacitação técnica utilizado pela empresa, com firma reconhecida em cartório.

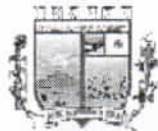
5.4.4.1. O(s) profissional(ais) detentor(es) de Acervo Técnico obrigatoriamente deverá(ao) ser designado(s) como integrante(s) do Quadro de Profissionais que executarão a obra objeto do presente instrumento convocatório, na hipótese da adjudicação do objeto a empresa licitante e somente poderão ser substituídos na fase executiva de obra, por profissionais de experiência equivalente ou superior e com a anuência da Fiscalização da Prefeitura Municipal

5.4.5. Apresentar indicação das instalações e dos equipamentos/aparelhamentos e do pessoal técnico especializado, adequados e disponíveis, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos, mediante apresentação de relação explícita, conforme estabelece o parágrafo 6º do Art. 30 da Lei nº 8.666/93, elaborada em papel timbrado da licitante, destinadas ao município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 06



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 111

5.4.5.1. De forma complementar ao solicitado acima apresentar fotos coloridas e legível das instalações da empresa (fachada da frente, do interior do ambiente), bem como dos seus equipamentos declarados.

5.4.6. Demonstração da experiência do engenheiro civil responsável técnico, com declaração autorizando sua inclusão na equipe, devidamente preenchido e assinado **com firma reconhecida em cartório**, conforme modelo anexo VI ao edital, elaborada em papel timbrado da licitante, destinadas ao município.

5.4.7. Declaração formal de que disporá, por ocasião da futura contratação, das instalações, aparelhamento e pessoal técnico considerados essenciais para a execução contratual. **Observação: todas as declarações deverão esta em folhas individuais.**

5.4.8 Declaração formal de cada membro que compor a equipe técnica autorizando sua inclusão na equipe, devidamente preenchido e assinado para cada um dos profissionais **reconhecida firma**. **Observação: todas as declarações deverão esta em folhas individuais.**

5.5. - REGULARIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

5.5.1. - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2013) que comprovem sua boa situação financeira, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As empresas que ainda não encerraram o seu primeiro exercício social deverão apresentar, para tanto, o balanço de abertura, arquivado na Junta Comercial, obedecidos aos aspectos legais e formais de sua elaboração. O balanço e demonstrações contábeis das sociedades anônimas ou por ações deverão ser apresentadas em publicações no Diário Oficial e o arquivamento do registro no órgão de registro do comércio competente do Estado do domicílio ou sede da licitante. As demais deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis devidamente assinados pelo representante legal da empresa e por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade, com o devido arquivamento no órgão de registro do comércio competente do Estado do domicílio ou sede da licitante.

a). Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

a.1) sociedades regidas pela Lei n.º 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados em Diário Oficial; ou
- Publicados em jornal de grande circulação; ou
- Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.

a.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

- Por fotocópia autenticada do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE ou em outro órgão equivalente; ou

- Por fotocópia autenticada do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE.

a.3) sociedade criada no exercício em curso:

- Fotocópia autenticada do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da LICITANTE;

a.4) o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

5.5.2.. Comprovação da boa situação financeira mediante apresentação, em folha separada do Balanço, assinada por contador registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e com timbre da empresa

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 07



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

licitante, as demonstrações contábeis abaixo indicadas, calculadas a partir do Balanço Patrimonial apresentado:

$$\text{Índice de Liquidez Geral} = \frac{AC + ARLP}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$\text{Índice de Solvência Geral} = \frac{AT}{PC + ELP} \text{ Igual ou superior a } 1,0$$

$$\text{Índice de Endividamento Total} = \frac{PC + ELP}{AT} \text{ Igual ou inferior a } 0,50$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo

AT = Ativo Total

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

5.5.2.1. Caso o subitem 5.5.2. não seja atendido, o licitante estará imediatamente inabilitado, o mesmo acontecendo se as demonstrações contábeis (DRE, Notas Explicativas), não contiverem assinaturas de contador e indicação do número de inscrição no Conselho Regional de Contabilidade.

5.5.3. Certidão negativa de falência e concordata, expedida pelo Distribuidor da sede da Licitante, expedida a menos de 60 (sessenta) dias contados da data da sua apresentação.

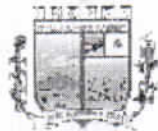
5.5.4. A licitante deverá prestar Garantia (caução) de participação na presente licitação no valor de **R\$ 4.005,00 (Quatro mil e cinco reais)** nos termos do artigo 56, §§ 1º e 2º da Lei 8.666/93 e suas alterações. A garantia da proposta deverá ser realizada até o dia que anteceder a data de abertura dos envelopes de habilitação mediante a tesouraria do município, nas modalidades abaixo, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

- Caução em dinheiro*;
- Seguro – Garantia;
- Fiança Bancária;
- Título da Dívida Pública¹;

5.5.5 Todas as declarações solicitadas neste edital, dever apresentadas em papel timbrado da licitante, destinadas ao município, com indicação do processo licitatório (número e modalidade) carimbadas e assinadas por pessoa legalmente autorizada a fazê-lo em nome da empresa, que deverão ser apresentadas no Envelope nº 01 - Documentação, claramente se comprometendo a:

a) Declaração da empresa Licitante de que não foi declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, conforme modelo Anexo V do Edital.

¹ Os títulos da Dívida Pública devem atender as exigências legais do inciso I do Art. 56 da Lei 8.666/93 e estarem reconhecidamente válidos pelo Governo Federal, observando-se os Decretos-leis nº 263, de 28/02/1967 e nº 396, de 30/12/1968.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 113

b) - Declaração da empresa licitante de que cumpre com o disposto no artº. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal de 1988, conforme modelo Anexo VI do Edital.

c). Declaração de comprovação, exigida somente para microempresa e empresa de pequeno porte, de enquadramento em um dos dois regimes, caso tenha se utilizado e se beneficiado do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, sob as penas do artigo 299 do Código Penal na forma do disposto na Lei Complementar 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014, conforme Anexo VII, deste edital.

c.1.) A declaração deverá ser subscrita por quem detém poderes de representação da licitante.

c.2.) a falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e LC 147/2014 poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

d).- Declaração de que estar ciente das condições da licitação, que assume a responsabilidade pela autenticidade e veracidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-se às penalidades legais e a sumária desclassificação da licitação, e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pela CPL;

e) Declaração Que executará as obras de acordo com o projeto de engenharia, as especificações técnicas e as normas da ABNT e demais normas emanadas pela Prefeitura Municipal de MALTA/PB, que serão tomadas todas as medidas necessárias para assegurar um controle adequado da qualidade da obra.

e) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

5.5.6 – Os documentos necessários ao, CREDENCIAMENTO, HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, este deverá ser através de Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial, nos termos da Lei Estadual 10.132/2013, ou publicação em órgão da Imprensa Oficial, obrigando-se, no entanto, a fornecer os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados pela Comissão.

5.5.6.1. Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em forma original ou em cópia reprográfica. Entretanto, estarão sujeitas as verificações de sua autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitações, podendo o licitante apresentá-las já conferidas e autenticadas pelos emissores. No caso de expirada as validades no momento da contratação, estas deverão ser reapresentadas.

5.5.6.2 Caso a autenticação seja feita por membro da CPL, os documentos originais serão apresentados até 24 (vinte e quatro) horas antes do horário estabelecido para a licitação. Em nenhuma hipótese serão autenticados documentos após este prazo.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 09



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 114

a). Não haverá, em hipótese alguma, confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação.

b) – A possibilidade de confrontação de documentos na abertura dos envelopes para autenticação ficará a cargo da comissão de licitação.

5.5.7.- Os documentos solicitados, neste **Edital**, deverão estar em plena vigência na data de abertura desta Licitação. No caso de documentos que não tenham a sua validade expressa e ou legal, serão considerados válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

5.5.7.1. As LICITANTES que possuírem restrição no CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas), disponibilizado no site www.portaldatransparencia.gov.br/ceis, ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.

5.5.7.2. Em ocorrendo a situação que duas ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

5.5.7.3. - A critério da Comissão Permanente de Licitações poderão ser solicitados documentos complementares, visando à elucidação de dúvidas porventura havidas.

5.5.7.4.. Quaisquer documentos assinados pelo responsável técnico e/ou representante legal, tanto para fins de habilitação quanto para classificação, deverão ter assinaturas comprovadas por meio de documento de identificação legal, ou seja, cópia da cédula de identidade ou outro documento que comprove sua assinatura.

5.6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em envelope lacrado contendo no anverso os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB
ENVELOPE PROPOSTA
NOME DA EMPRESA
CNPJ Nº
TOMADA DE PREÇOS nº 006/2015
DATA E HORA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO

5.6.2. A proposta deverá ser apresentada em **obrigatoriamente em papel timbrado** da licitante, em (01) **UMA** via, de forma clara e detalhada, numeradas sequencialmente, sem emendas, rasuras ou entrelinhas devidamente datadas, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo representante legal e pelo(s) seu(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, atendendo as seguintes exigências:

a) Os preços ofertados devem ser expressos em real (R\$), unitários e totais, com duas casas decimais, indicando o valor global da proposta, em algarismo e por extenso, e devem compreender todos os custos e despesas que, direta ou indiretamente decorra do cumprimento pleno e integral do objeto deste edital e seus anexos, tais como o preço global proposto, incluindo o BDI - Benefícios e Despesas Indiretas, que deve computar todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, seguros,

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 10



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

deslocamentos de pessoal, quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre a obra e demais serviços;

a1) O BDI deverá estar expresso em percentual e em Reais (R\$).

a2) **As despesas relativas aos tributos IRPJ e CSLL não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, uma vez que se referem a tributos incidentes sobre o lucro, não podendo ser classificado como despesa indireta decorrente da execução de um determinado serviço.**

a3) As despesas com a administração local não deverão ser incluídas no BDI como despesas indiretas, devendo ser computadas no custo direto dos serviços

b) Em caso de não incidência e/ou isenção de imposto, a licitante deverá indicar o documento legal que determine o benefício.

c) Todos os preços da PROPOSTA devem ser apresentados como definitivos, não sendo aceitos quaisquer hipóteses que tornem os preços inconclusos, tais como indicação de preços estimados, reembolso de valores não discriminados na PROPOSTA ou menções de descontos ou acréscimos de preços ou quaisquer vantagens em relação à PROPOSTA de outra licitante.

d) Na elaboração de seu Orçamento Detalhado a LICITANTE deverá utilizar os mesmos quantitativos e itens do Orçamento Estimado do Anexo I.

e) Os preços apresentados, considerando os descontos, se houver, deverão ser preços finais e não serão considerados alegações e pleitos das licitantes para majoração dos preços unitários e totais. Os descontos, quando houver, deverão estar inclusos nos preços unitários e totais propostos.

f) Não poderá haver cotação parcial das quantidades contidas nas planilhas de quantitativas de serviços e preços unitários constante do anexo I deste edital.

g) Apresentar planilha de quantitativos e preços unitários de conformidade com a planilha de quantitativos e preços. O seu conteúdo deverá ser impresso em duas vias, assinada pelo representante legal e pelo responsável técnico da empresa, de acordo com Lei 5.194/66 e Resolução nº 282 de 24 de agosto de 1983 do CONFEA/CREA;

h) No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem como transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à LICITANTE formular imediata comunicação escrita à **Comissão Permanente de Licitação**, anteriormente ao dia da sessão, no prazo estabelecido de 24 horas, para fins de esclarecimento ou providências por parte da **Comissão**.

i) Informar prazo de validade da proposta, o qual não deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos a contar da data de sua apresentação e o **prazo de execução das obras de 10(dez)Meses**, a contar da emissão da Ordem de Serviço;

j) Apresentar composição detalhada de B.D.I. e Encargos Sociais utilizados na elaboração da composição dos preços unitários.

k) Apresentar Cronograma físico – financeiro, compatível com os prazos para conclusão da obra, e não superior a **120(Crento e vinte)** dias;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

5.7. Da Habilitação De Microempresas E Empresas De Pequeno Porte, Nos Termos Da Lei Complementar Nº 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014.

- a) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- b) As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- c) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação.
- d) A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei no 8.666, de 21/06/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

5.8. - A certidão emitida via Internet, ficarão condicionadas à verificação pela Comissão Permanente de Licitação via Internet, devendo ser certificadas pelo servidor nos autos do processo, podendo o licitante apresentá-las já conferidas e autenticadas pelos emissores. No caso de expirada as validades no momento da contratação, estas deverão ser reapresentadas.

5.10. Na análise da habilitação das licitantes será verificada nos seguintes sistemas/cadastros, sem prejuízo dos demais documentos exigidos neste Edital:

- a) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas da CGU (Portal da Transparência do Governo Federal; (<http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/>));
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa do CNJ – Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

5.10.1 Após consulta acima, as LICITANTES que possuírem restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública, serão inabilitadas.

5.6.2. A verificação em sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

5.11. Em ocorrendo a situação que duas ou mais LICITANTES apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

5.12. - A critério da Comissão Permanente de Licitações poderão ser solicitados documentos complementares, visando à elucidação de dúvidas porventura havidas.

5.13. A apresentação dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas somente poderá ser feita por intermédio de REPRESENTANTE credenciado, com poderes para deliberar, inclusive renunciar e desistir de interposição de recursos, onde deverão ser apresentados à Comissão Permanente de Licitação em invólucros distintos e separados, todos fechados, com as informações a seguir discriminadas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 117

5.9.1. A inversão dos documentos no interior dos envelopes, ou seja, a colocação da PROPOSTA DE PREÇOS no ENVELOPE dos DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, ou vice-versa, acarretará a exclusão sumária da licitante no certame.

5.14. Os envelopes apresentados em desacordo com o aqui estabelecido, não serão recebidos pela CPL.

5.15. Todas as folhas da proposta de preços deverão ser assinadas por um titular e um responsável técnico da licitante, conforme Lei Federal n. 5.194 de 24/12/66. O nome, título e registro no CREA do responsável técnico deverão ser indicados de forma clara;

5.16. Somente serão aceitas propostas de preços para a totalidade dos serviços indicados na planilha do Anexo nº I, não sendo admitida exclusão ou alteração de qualquer um deles, sob pena de imediata desclassificação;

6.0 - DA ORDEM DOS TRABALHOS E JULGAMENTO

6.1. Da Ordem Dos Trabalhos

6.1.1. Os proponentes farão entrega dos dois envelopes DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇOS, à CPL, em envelope lacrado.

6.1.2. - A documentação de credenciamento do representante que se fizer representar legalmente na presente licitação deverá ser entregue fora dos envelopes "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA", antes do início do recebimento dos mesmos.

6.1.3. - Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto à Comissão Permanente de Licitação, na mesma licitação.

6.1.4. A Comissão de Licitação examinará a documentação apresentada que será devidamente rubricada pelos representantes legais das licitantes e membros da Comissão de Licitação que decidirá pela habilitação ou inabilitação das participantes, dando ciência às interessadas na própria sessão ou em outra que será oportunamente convocada.

6.1.6. Na hipótese da Comissão Permanente de Licitações efetuar o julgamento e proferir o resultado na mesma sessão, verificar-se-á se todos os participantes estão presentes e no caso de desistência expressa do prazo recursal, será consignado em ata, quando então, preferencialmente, serão abertos os envelopes contendo as propostas na mesma reunião de abertura do envelope contendo a documentação.

6.1.7. - A comissão e os demais licitantes que assim desejarem rubricarão os envelopes das propostas e abrir-se-á o prazo recursal. Caso estejam todos os licitantes presentes, estes serão intimados em ata, caso contrário, mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

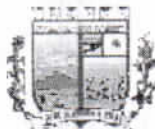
6.1.8 - Caso não tenha sido julgada a habilitação, a Comissão Permanente de Licitações reunir-se-á posteriormente para a avaliação da documentação, tornando público o resultado desta fase por meio de publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba, quando se dará a abertura do prazo para recurso.

6.1.9 - Após a fase recursal será marcada nova reunião de abertura das propostas, mediante publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 13



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

6.1.10 - Aos Licitantes inabilitados serão devolvidos os envelopes fechados contendo as respectivas propostas, transcorrido o prazo recursal ou após sua denegação.

6.1.11. Das sessões realizadas, lavrar-se-ão atas circunstanciadas, das quais constarão eventuais manifestações dos representantes, que serão lidas em voz alta e assinadas por estes e pelos membros da Comissão, não sendo permitidas refutações orais, cabendo, entretanto, recurso quanto aos seus efeitos;

6.1.12. As dúvidas que surgirem durante as sessões serão resolvidas, pela Comissão de Licitação na presença dos participantes, ou relegadas para posteriores deliberações, a juízo do Presidente, devendo o fato constar das atas;

6.1.13. Após o Presidente da Comissão de Licitação declarar encerrado o prazo para recebimento dos envelopes, nenhum outro, em qualquer hipótese, será aceito;

6.1.14 - Julgados os recursos ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, o Presidente da Comissão de Licitação designará sessão de prosseguimento para abertura do **ENVELOPE Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS**, deverá se efetuar conforme o seguinte:

6.1.14.1. O conteúdo dos **ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS** das empresas habilitadas quanto a documentação, deverá ser rubricado, obrigatoriamente, pelos membros da Comissão e pelos representantes legais presentes;

6.1.14.2. A(s) proposta(s) contida(s) nos **ENVELOPES Nº 02**, depois de rubricadas serão analisadas pela Comissão de Licitação e verificadas se as exigências contidas no item 7, e seus subitens, deste Edital, foram atendidas;

6.1.14.3. As licitantes poderão recorrer das decisões da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do Capítulo V, art. 109 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

6.1.15. Os envelopes contendo a proposta dos Licitantes inabilitados que não forem retirados no prazo de 15 dias, serão inutilizados pela Administração.

6.1.16 - Em caso de Inabilitação ou desclassificação de todos licitantes, a CPL poderá, a seu critério, aplicar a regra do art. 48, inciso III da Lei 8.666/93.

6.1.17. Na hipótese da ocorrência de empate entre dois ou mais concorrentes, o vencedor será dado a conhecer por sorteio em ato público.

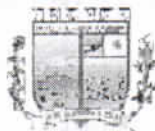
6.1.18. Concluído o julgamento, a Comissão fará relatório final dos trabalhos, encaminhando o resultado da licitação ao Prefeito ficando cópia do mesmo na C.P.L à disposição dos interessados.

6.2. – JULGAMENTO

6.2.1. Da habilitação:

6.2.1.1 - Serão consideradas inabilitadas automaticamente as participantes que não apresentarem a documentação solicitada, ou apresentarem-na com vícios ou defeitos que impossibilitem seu entendimento, ou não atendam satisfatoriamente as condições deste Edital, e:

a). Apresentar conteúdo dos envelopes, divergente do indicado no seu sobrescrito;



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 119

- b) Deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos para a habilitação neste certame;
- c) Deixar de comprovar atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- d). Apresentar qualquer documento exigido para habilitação com rasura, com prazo de validade vencido ou em desacordo com as exigências estabelecidas neste Edital;

6.3. – Da Proposta:

6.3.1 - O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO GLOBAL.

6.3.1.1 - Se houver discrepância entre o preço unitário e o preço total em qualquer item, o qual será obtido pela multiplicação da quantidade pelo preço unitário correspondente, prevalecerá o valor do preço unitário e o valor do preço total será corrigido.

6.3.1.2. Atendendo os termos da Lei Complementar 123/2006 atualizada pela Lei Complementar 147, de 07/08/2014, após abertura dos envelopes de proposta e elaborado o Mapa Comparativo de Preços, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e sido verificada a ocorrência de empate – entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta melhor proposta – será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.3.1.3. Para efeito do disposto no item 6.3.1.2., ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

6.3.1.3.1. - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão;

6.3.1.3.2. - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 6.3.1.2, a seguir, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

6.3.1.3.3 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

6.3.1.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 6.3.1.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.3.1.4. O disposto no subitem 6.3.1.2. Somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.3.1.5 – A Comissão Permanente de Licitação reserva-se o direito de realizar, a qualquer momento, por si ou através de assessoria técnica, diligências no sentido de verificar a consistência dos dados ofertados pelas Licitantes, nela compreendida a veracidade de informações e circunstâncias pertinentes.

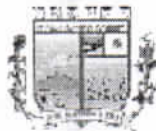
6.4.. **SERÁ DESCLASSIFICADA** a licitante que:

6.4.1. Apresentar conteúdo dos envelopes, divergente do indicado no seu sobrescrito;

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 15



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 120

6.4.2. Deixar de apresentar a composição de custos e encargos sociais para todos os itens da proposta;

6.4.3. Propor condições ou propostas alternativas, que não as contidas neste Edital;

6.4.4. Serão desclassificadas as propostas cujos preços ofertados sejam inexequíveis, na forma estabelecida no art. 48 da Lei n. 8.666/93, atualizada. Consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitação de menor preço, as propostas cujos valores **sejam inferiores a 70%** (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50%(cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração ou; b) valor orçado pela Administração.

7.0 - DO CONTRATO E SUAS ALTERAÇÕES

a) do contrato

7.1. Após transcorrido os prazos de recursos, a adjudicação e homologação do julgamento será feita pelo Prefeito a licitante vencedora será convocada para, no prazo de 05(cinco) dias, assinar o contrato de execução dos serviços, elaborado de acordo com a Lei 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

7.2. A licitante vencedora que deixar de assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da notificação para tal ou que renunciar ao serviço, ficará automaticamente desclassificada, sujeitando-se as penalidades previstas na Lei 8.666 de 21.06.93 e suas alterações.

7.3. Ocorrendo o acima exposto, serão convocados os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, que se submeterão às mesmas condições e prazo do primeiro.

7.4. O PRAZO DO CONTRATO será até 31/12/2015, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 57 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

7.5. O contratado se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões até 25% do valor inicial do contrato.

7.6. Da Rescisão Do Contrato

7.6.1 – O contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização, nos casos previstos nos artigos 77 e 78, obedecendo, ainda, ao disposto nos artigos 79 e 80 da Lei Federal nº 8666/93.

7.6.2. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do citado art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a devolução de garantia, aos pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão e ao pagamento do custo da desmobilização.

7.6.3. - A rescisão de que trata os incisos I a XII e XVII do supracitado artigo, sem prejuízo das sanções descritas na Lei acarretará as conseqüências previstas nos incisos do art. 80 da Lei nº 8.666/93.

7.6.4 - A rescisão administrativa será apreciada e precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, atendida a conveniência dos serviços, recebendo a CONTRATADA o valor dos serviços executados.

7.6.5.. - Constituem motivos para rescisão dos contratos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 10



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

7.6.5.1. O não cumprimento ou cumprimento irregular sistemático de cláusulas contratuais, especificações, planos de trabalhos, projetos ou prazos contratuais;

7.6.5.2. Atraso não justificado na execução dos serviços;

7.6.5.3 Paralisação da execução dos serviços sem justa causa ou prévia comunicação ao contratante;

7.6.5.4 O desatendimento das determinações regulares da fiscalização;

7.6.5.5 A decretação de falência ou instauração de insolvência civil;

7.6.5.6 A dissolução da sociedade;

7.6.5.7 Por razões de interesse público e alta relevância e amplo conhecimento, a contratante poderá promover a rescisão unilateral do contrato mediante notificação por escrito à contratada, que acontecerá com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

7.6.5.8. A rescisão unilateral dar-se-á, sempre, tomando como termo final do contrato o último dia do mês, após o decurso do prazo determinado no item anterior;

7.6.5.9. Qualquer que seja o fundamento da rescisão antecipada, responderá a garantia de fiel execução pelas obrigações da contratada, somente sendo liberada mediante comprovação de ter havido a rescisão dos contratos de trabalho do pessoal e satisfeitas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias.

7.7. Da Revisão Contratual

7.7.1. O valor contratual poderá ser revisto mediante solicitação da Contratada com vista à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato na forma do artigo nº 65, Inciso II alínea d, da Lei nº 8.666/93, e observados os itens subsequentes deste Edital;

7.7.2. As eventuais solicitações, observado o disposto no item anterior, deverão fazer-se acompanhar de comprovação de superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis bem como de demonstração analítica de seu impacto, nos custos do Contrato.

8.0 - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento dos serviços será efetuado conforme autorização da concedente, com base em medição devidamente aprovadas, que será atestada pelo engenheiro da fiscalização da PREFEITURA;

8.1.1. A medição apresentada da execução dos serviços deverá estar acompanhado com:

1. Boletim Medição
2. Memoria de calculo
3. Relatório Fotográfico de cada etapa(devidamente datado)
4. Nota Fiscal dos Serviços, com indicação do convenio a qual se refere.
5. ART de execução;

8.1.2.- Juntamente com a primeira medição, a Contratada deverá apresentar comprovação de matrícula da obra junto à Previdência Social.

8.1.3. A Contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da apresentação da medição, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a medição prévia relatada pela Contratada, bem



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 122

como para avaliar a conformidade das atividades executadas, inclusive quanto à obrigação de utilização de produtos e subprodutos florestais de comprovada procedência legal.

8.1.4.A aprovação da medição prévia apresentada pela Contratada não a exime de qualquer das responsabilidades contratuais, nem implica aceitação definitiva das atividades executadas.

8.1.5 - A nota fiscal fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com o disposto no item 14.1.1 do Edital, deverá ser retificada/substituída/complementada sendo que o prazo de pagamento reiniciará após a regularização, sem quaisquer ônus para a Contratante.

8.2. No caso do não cumprimento do prazo estabelecido acima, as faturas serão atualizadas financeiramente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas), calculado "pró-rata die", considerando-se o mês do efetivo pagamento e o mês da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada;

8.3. A fiscalização da **Secretaria Municipal de Saude** elaborará quinzenalmente a medição dos serviços efetuados:

9.0 - DAS MULTAS E PENALIDADES

9.1. A recusa injustificada da CONTRATADA em deixar de cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais serão aplicadas as seguintes penalidades:

9.2. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, poderá a contratante, garantida a prévia defesa da licitante, aplicar as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência;

9.2.2. Multa equivalente a 0,1% (um décimo por cento) do valor global do contrato.

9.2.3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a PMM, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

9.2.4. Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração pública;

9.3.. Aplicação

9.3.1. Pelo descumprimento das obrigações assumidas, o licitante estará sujeito as seguintes penalidades, assegurados o contraditório e a prévia defesa, ficando sob responsabilidade da PREFEITURA.

9.3.2 - MULTAS POR ATRASO CONTRATUAL: A multa global será calculada pela seguinte fórmula:

$$M = (0,01V / P) \times N$$

Onde:

M = Valor da multa em Reais;

V = Valor inicial do contrato em Reais reajustado;

P = Prazo contratual de execução, em dias corridos;

N = Números de dias corridos que exceder a data contratual marcada para entrega dos serviços, devendo no caso existir prorrogação, a contagem ser feita após a data da referida prorrogação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 18



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

9.3.3. - A multa, dependendo da PREFEITURA, poderá ser aplicada parcialmente, isto quando houver atraso na execução das parcelas, onde o valor de N, seria o número de dias corridos que exceder a data de término da referida parcela, no cronograma físico-financeiro da proposta e V o valor atualizado da parcela.

9.3.4. O descumprimento do prazo na implantação dos serviços, bem como as infringências das obrigações contratuais ensejará a aplicação de multas moratórias.

10.0 - DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

10.1. Dos atos da Administração praticados no presente TOMADA DE PREÇOS caberá recurso na forma do Art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

10.2- Os recursos administrativos deverão ser interpostos devidamente fundamentados, assinados por representante legal da recorrente e/ou credenciado com poderes para tal, dirigidos à Comissão Permanente de Licitação, protocolizados no setor competente do órgão licitante e seguirão os procedimentos estabelecidos no art. 109 e parágrafos da Lei Federal n.º 8666/93.

10.3 - Decairá do direito de impugnar os termos deste **Edital** perante a Administração, a Licitante que não o fizer até o 2º dia útil que anteceder a abertura dos envelopes, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme preceitua o artigo 41 e parágrafos da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

10.4 - A impugnação feita tempestivamente pela Licitante não impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente (art. 41, § 3º da Lei Federal nº 8666/93).

10.5 - Não serão conhecidos impugnações e recursos por meio de fax-simile, ou e-mails, devendo o impugnante protocolar à impugnação no setor de protocolo do município, no prazo legal.

10.6 - O recurso interposto fora do prazo não será conhecido.

10.7. Por ocasião da habilitação e julgamento das propostas, estando todas as propostas dos licitantes presentes à reunião em que for adotada a decisão e havendo concordância poderá ser consignada na Ata a desistência expressa ao direito de interposição do recurso previsto no Art. 109, inciso I, alínea a e b, consoante disposto no Art.43 inciso III, ambos da Lei 8.666/93.

11.0 DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Sempre que for julgado conveniente, de acordo com a Fiscalização poderá a CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, sub-contratar partes da obra, serviço ou fornecimento, devendo, no caso, os ajustes de sub-contratações, serem aprovados pelo órgão licitante, a CONTRATADA, entretanto, será responsável perante o órgão licitante pelos serviços dos sub-contratados, podendo, no caso de culpa destes, e se os interessados nas obras o exigirem, rescindir os respectivos ajustes, mediante aprovação da PREFEITURA.

12.- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

12.1. A definição das obrigações das partes estão definidas na minuta do contrato, anexo deste edital.

13 - DAS GARANTIAS

13.1. GARANTIA DE PROPOSTA

13.1.1. A garantia de proposta prevista no item 5.5.4. "e" tem o objetivo de proteger a Entidade de Licitação contra atos ou omissões dos Licitantes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Nº 19



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 124

a) garantir a satisfação de multa imposta ao licitante que, no curso ainda da disputa, venha a praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação.

b) caso a Licitante retire sua proposta durante o período de validade definido no Edital e na Garantia de Proposta, e

c) se a Licitante vencedora deixar de assinar o Contrato ou não apresentar a Garantia de Execução Contratual.

13.1.2. A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir da homologação da adjudicação. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 10 (dez) dias contado a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.

13.1.3. A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada quando assinado o Contrato, mediante apresentação da Garantia de Execução Contratual.

14.0 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. As licitantes interessadas devem ter pleno conhecimento dos elementos constantes do edital, bem como de todas as condições gerais e peculiares das áreas definidas, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da formulação da sua proposta ou do perfeito cumprimento do contrato;

14.2. Serão mantidas durante a execução do contrato, todas as condições da Habilitação.

14.3. Não será conhecido o recurso cuja petição tenha sido apresentada fora do prazo legal e/ou subscrito por procurador, não habilitado legalmente no processo a responder pela firma.

14.4. Os casos omissos neste TOMADA DE PREÇOS serão regulados em observância a Lei nº 8.666 de 21/06/93 e suas alterações.

14.5. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pela licitante vencedora, que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste edital e seu anexo.

14.6. O contratado deverá permitir o livre acesso de servidores do Município de MALTA e do órgão concedente dos recursos, bem como dos órgãos integrantes do sistema de controle interno e externo a qual esteja subordinados a Prefeitura e o Ministério aos documentos e registros contábeis da empresa contratada no que concerne a execução dos serviços vinculados a contratação em tela.

14.7. Faz parte do presente Edital

a) o Anexo I – PROJETO TÉCNICO

b) Anexo II - MODELO DA PROPOSTA,

c) Anexo III-(MINUTA DO CONTRATO).

d) Anexo IV – MODELO DAS DECLARAÇÃO PROPOSTA INDEPENDENTE;

e) ANEXO V - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

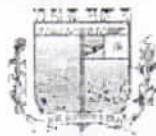
f) ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DISPOSTO NO INCISO XXXIII, DO ART. 7º.

DA CF/88

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

CNPJ: Nº. 09.151.861.0001-45

- g) ANEXO VII - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
h) ANEXO VIII - EXPERIÊNCIA E DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL TÉCNICO;

14.8. A Prefeitura Municipal de MALTA reserva-se o direito de revogar total ou parcialmente a presente licitação, tendo em vista o interesse público, ou ainda anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, não cabendo às licitantes o direito de indenizações, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do citado artigo.

14.9. Na hipótese de não haver expediente na data prevista para recebimento e abertura dos envelopes de propostas, a reunião ficará transferida para o primeiro dia útil subsequente de funcionamento normal desta Repartição, no mesmo local e horário anteriormente estabelecidos.

14.10. Demais informações relativas à presente Licitação serão prestadas no Setor de Licitações da Prefeitura de MALTA, à na *Rua Manoel Marques, 67, Centro,, MALTA - Estado da Paraíba*, de segundas às sextas-feiras, das 8h às 12h.

14.11 A participação na presente Licitação implica em concordância tácita, por parte da empresa Licitante, com todos os termos e condições deste Instrumento convocatório.

14.12. O Licitante é responsável, sob as penas da lei, pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta Licitação.

MALTA - PB, 08 de Setembro de 2015


ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CPL/PMM


EDJA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA.
ASSESSORIA TÉCNICA



orienta e oito reais); TEM 03 (04,000 Trezentos e Quatro reais) Per-
tencendo aos cargos: total de R\$ 20.202,00 (Vinte Mil, Duzentos e
dois reais e dois centavos).

Campina Grande-PB, 31 de agosto de 2015.
AURELIO FERNANDES DE MORAIS
Presidente Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO Nº 16.449/2015 - SRP

Processo Nº 16.464/2015

A Secretária Municipal de Saúde de Campina Grande/PB, no
uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Nº
029, de 05 de Dezembro de 2005, em cumprimento às disposições
constantes na norma inscrita na Lei Federal Nº 10.520, de 17 de Julho
de 2002, e subsidiariamente, com a Lei Nº 8.666/93, alterada e
ampliada, com base no Parecer da Assessoria Jurídica referente aos atos
praticados pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio de con-
formidade com o resultado do certame, destinado à REGISTRO DE
PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PER-
MANENTE MAQUINAS DE HEMODIALISE CONFORME CON-
DICÇÕES, QUANTIDADES, EXIGÊNCIAS, E ESTIMATIVAS ESTA-
BELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, H O M O L O G A
A O presente Tomada Licitação, em favor das empresas: HAXTER
HOSPITALAR LTDA, vencedora do item 01, com o valor unitário de
R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais) e um valor
global de R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais). O
valor a ser homologado em consequência deste tomara licitatório é de
R\$ 345.000,00 (Trezentos e quarenta e cinco mil reais) a quem
adotou o objeto do presente licitação por apresentarem valores im-
nisiativos com os preços praticados no mercado e atender todas as
demais condições estabelecidas na Lei Regente e em perfeita con-
formidade com o Pregão Presencial Nº 16.449/2015 e com o requerimen-
tário da Secretaria Municipal de Saúde de Campina Grande/PB.

Campina Grande-PB, 4 de setembro de 2015.
LUCIA MARIA MARINHO PINTO
Secretaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

AVISO DE ADIAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2015

Tomada pública que fará realizar através da Comissão Perma-
nente de Licitação, sediada na Rua Expedicionário Luis Tenório
Léon, 699 - Centro - Caraubas - PB, licitação modalidade Tomada de
Preços, do tipo menor preço, para: EMPRESA ESPECIALIZADA
NA IMPLANTACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO
D'ÁGUA NAS COMUNIDADES RURAIS. A data prevista para o dia
24/09/2015 às 14:00. Foi adiado para o dia 30/09/2015, às 14:00,
por questão de interesse público/urgente; previstos no orçamento
vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações
posteriores. Informação: no horário 7:30 às 13:00 às 17:00
horas dos dias úteis, no endereço supracitado Telefone: (083) 3307-
1069 Email: cpl.caraubas@gmail.com

Caraúbas-PB, 10 de setembro de 2015
SANDRA MARIA MARTINS LOPES
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOROROCA

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição parcelada de Grãos Alimentícios, Frutas e
Hortaliças e Outros de Fontes FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Pre-
sencial nº 0002/2015. DOTAÇÃO: RECURSOS PRÓPRIOS - PRO-
GRAMAS FEDERAIS - OUTROS Dotação construída no orçamento
vigente 2015 (Elemento de Despesa: 3.1.90.30.61 - Material de Con-
sumo - VIG-NC/15, no ato final de exercício financeiro de 2015 PAR-
TES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Itapororoca e C.T.
Nº 00206/2015 - 11/09/15 - AGENSISON DE BRITO FELIX
0224724430 - R\$ 987,92. C.T Nº 00201/2015 - 11/09/15 - JOAO
BATISTA DE SANTOS DUARTE - R\$ 964,80. C.T Nº 00202/2015
- 11/09/15 - SEVERINO FELIX DE BRITO - R\$ 15.077,93

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Modalidade Tomada de Preços Nº 2014, Contrato 048/2014,
Aditivo: 002/2015. Objeto da Licitação: Contratação de empresa
especializada na execução dos obras de Reforma da Unidade
Básica de Saúde do Cruzeiro no Município de Itapororoca-PB,
deste Município. Condições de Pagamento: Conforme Planilha De
Medição. Valor Global: R\$ 130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL
REAIS), sendo acrescido R\$ 22.207,54 (vinte e dois mil, dois
centos e sete reais e cinquenta e quatro centavos), totalizando um
valor de R\$ 152.207,54 (cento e cinquenta e dois mil, duzentos e
sete reais e cinquenta e quatro centavos). Rubrica Orçamentária:
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA - 1212-Fundo Municipal de Saúde
de Itapororoca 10.301.0210.1.020.1.0000/Amp/Reforma de Uni-
dades de Saúde Proposta Nº 120990/100013004 - recurso do
Ministério da Saúde. Contratada: LUSO CONSTRUTORA
CONSTRUTÕES FIEBEL ME. Data Da Assinatura Do Contrato:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/animato444.html>,
pelo código 00037015091400192

22 De Dezembro De 2014. Data Da Assinatura Do Aditivo: 19 de
Agosto de 2015. Vigência do Contrato: até 13 de Setembro de
2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 7/2015

Tomada pública que fará realizar através da Comissão Perma-
nente de Licitação, sediada na Rua Augusto Lima, 45 - Centro -
Jacaraú - PB, às 10:00 horas do dia 30 de Setembro de 2015, licitação
modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Construção
do Prédio de Unidade Básica de Saúde - UBS, localizada neste
município Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento
legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Infor-
mações: no horário das 08:00 às 12:00 horas dos dias úteis, no
endereço supracitado. Telefone: (083) 32951880.

Jacaraú-PB, 10 de setembro de 2015
ANA RAQUEL FERREI DE MENDONÇA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 10.065/2015

Processo Nº 19.896/2014. Data de Abertura: 25/09/2015 - às 09h.
Objeto: Sistema de Registro de Preços para Aquisição do Medicamento
Tocotecelap (Metalyse) para o Hospital Municipal Santa Isabel.

A Secretária de Saúde do Município de João Pessoa, através
da Presidente/Pregoeiro Oficial, Sr. Christiano Madruga Naveiro tor-
na pública, para conhecimento dos interessados, que fará licitação no
modalidade Pregão do tipo Presencial, sob o critério de menor preço
global do item. O Edital ficará à disposição dos interessados no prazo
previsto na legislação pertinente, no Sala da Comissão Setorial de
Licitação, situada na Av. Júlia Freire, nº 70 - Torre, João Pessoa-PB.
Forma de Recurso prevista para o exercício financeiro de 2015. OR-
DEM ARQUIV E SUS. SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 10.520/2002,
Decreto nº 7.093, nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº
4.988/2009 e 5.717/2009, e subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993.
Consultas com o Pregoeiro e a sua equipe de apoio no HORARIO
UNICO de 08:00h às 12:00h, no telefone Fax: 83. 3214-7937, ou
pelo e-mail: cpl.smpjop@gmail.com.

João Pessoa-PB, 11 setembro de 2015
CHRISTIANO MADRUGA NAVARRO
Presidente/Pregoeiro da CSL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 9001/2015

Processo Nº 042475/2015.

A Comissão de Licitação da Secretaria de Educação e Cul-
tura do Município de João Pessoa torna público o Resultado de
Julgamento do Recurso Administrativo apresentado pela empresa CE-
TESP - CENTRO TECNOLÓGICO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E
PROFISSIONAL LTDA, - o qual NÃO FOI CONHECIDO, nos
termos do Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da SE-
DEC e aceito pela Autoridade Superior, em conformidade com a
legislação aplicável, especialmente a Lei nº 8.666/93. Em razão do
erro, fica mantido o resultado atinente às fases de Habilitação e
Tecnica, dando-se continuidade ao Processo Licitatório. Assim, con-
vidamos a empresa que teve sua Proposta Técnica CLASSIFICADA
e DEFERIDA para se apresentar no dia 15 de Setembro de 2015, às
09:00 h, na sala da Comissão de Licitação, situada no Centro Ad-
ministrativo Municipal, Av. Domingos Chameia, 1777, Água Fria, João
Pessoa/PB, objetivando a abertura da Proposta de Preço.

João Pessoa-PB, 11 de setembro de 2015
ANALDE ELGONORE TEIXEIRA TRAVASSOS
Presidente da CSL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2015

Objeto: Execução de obra de reconstrução de 08 casas (melhoria
habitação) para controle de doença de chagas conforme especi-
ficações na planilha orçamentária e edital e sem anexo, e lei
8.666/93, alterada: 30/09/2015 às 08:40hs, informações os inter-
essados poderão obter o edital na sala da cpl, na Manoel Marques 33
centro ou fone: 083) 3471-1232.

ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIZÓPOLIS

RETIFICAÇÃO

Na página 183 da Edição 173 de 9 de setembro de 2015
seção 3, do DOU, Onde se dá TOMADA DE PREÇOS nº 15/2015*
Letra-se: *TOMADA DE PREÇOS nº 15/2015*

PREFEITURA MUNICIPAL DE POMBAL

DESPACHO DA PREFEITA
Em 11 de junho de 2015

Processo Administrativo nº 09.08.948.697.169/2015.
Dispensa de Licitação 043/2015.

Ratifico os Pareceres da Procuradoria Jurídica e CPL, con-
cordando com a DISPENSA DE LICITAÇÃO com fulcro no Art. 24,
V da Lei nº 8.666/93 e determinando a locação de veículos que
atendam o código de trânsito brasileiro e as normas que regem o
transporte escolar das escolas inovador para os serviços de transporte
de alunos matriculados na rede estadual da zona rural para a sede do
município e vice-versa até 31.12.2015. Em favor da empresa As-
sociação dos Motoristas de Transportes Autônomos do Município de
Pombal Valor do contrato 38.547,20.

VASNAIAPOLLYANN AWERTONDUTRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MAMEDE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2015

OBJETO: Execução dos serviços de manutenção preventiva e cor-
retiva, com substituição de peças em equipamentos médicos: hospi-
talares, equipamentos odontológicos e materiais permanentes de todas
as unidades de saúde da Prefeitura Municipal de São Mamede - PB.
Data e Local, às 09:00 horas do dia 24/09/2015, na sala de reuniões da
CPL, na Rua Jantouco Nóbrega, nº 01, Centro, São Mamede - PB.

São Mamede-PB, 10 de setembro de 2015
JOÃO LOPES DE SOUSA NETO
Presidente

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTÔNIA

AVISO DE LICITAÇÃO
LEILÃO PÚBLICO Nº 6/2015

OBJETO: Afrogação de Bens Móveis Executivos, Sarcos e Outros
Considerados - Inservíveis pela Administração e ABERTURA:
10/09/2015 AS 09:00 Horas Local. Prefeitura Municipal de Altônia,
Rua Rui Barbosa, 815 - sala 06 -Centro Altônia-PR. Valor mínimo: R\$
63.047,50 CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR LANCE. R\$
EDITAL: Os documentos integrantes do Edital, estão disponíveis
aos interessados, no endereço acima mencionado. Maiores informa-
ções, através dos telefones (44) 3659-8181, ou E-mail: licitacao@alt-
tonia.pr.gov.br

Altônia-PR, 10 de setembro de 2015
JUNIOR CARLOS JORGE
Leiloeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE APUCARANA

AVISO DE ALTERAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 1/2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE
OBJETO: No edital de Concorrência Pública nº 01/15, publicado no
DOU no dia 02/09/2015, seção 3, página 237, edição nº 168, com o
objeto de contratação de empresa para execução de serviços de
reforma e ampliação nas escolas Municipais: Ovarino Santos Lima,
Marilda Duarte Noli, Luiz Carlos Prestes e Fábio Henrique da Silva.
Nota datada de reatização: 15/01/2015 às 09:00 horas.
A errata referente ao edital citado, estará disponível no site a partir do
dia 14/09/2015 no Diário Oficial do Município.
Esclarecimentos das 08:00 às 18:00 horas, (43) 3162-4274

Apucarana-PR, 11 de Setembro de 2015.
CARLOS ALBERTO GIBRINA BRITO
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2015

Processo Nº 061/2015

O MUNICÍPIO DE BARRAÇÃO, Estado do Paraná, inscrito
no CNPJ sob nº 75.666.131/0001-01, com sede na Rua São Paulo, nº
235, Centro, Barração-PR, torna pública e para conhecimento dos
interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade TOMADA
DE PREÇOS, as 10h00min (dezesseis) horas, do dia 16 de Outubro
de 2015, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, visando à
contratação de empresa especializada para a organização e opera-
cionalização de socorro público para os cargos de provimento efec-
tivo e emprego público desta Municipalidade. Cópia do edital poderá
ser retirada junto ao Departamento de Compras do Município, no
horário normal de expediente.

Barração-PR, 11 de Setembro de 2015.
MARCO AURELIO ZANDONVA
Presidente

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a
Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



novo resultado, será concedido o prazo de 03 (três) dias para eventuais recursos. Maiores informações e o DETALHAMENTO do julgamento será obtido na sala da CPL na Rua Governador Dorgival Terceiro Neto, 363 - Centro - Taperoá - PB, no horário de expediente normal de 08:00 as 11:30 horas das dias úteis, ou pelo fone: (83)3463-2924.

Taperoá - PB, 11 de Setembro de 2015.
HERICK FABRICIO LIMA TRAJANO
 Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Jericó

EXTRATO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JERICÓ

EXTRATO DE RESCISÃO nº 00001/2015

Fica rescindido Amigavelmente o Contrato nº 00035/2015, firmado em 05/03/2015 entre a Prefeitura de Jericó e a Empresa FAP Freitas Antio Posto LTDA, inscrita no CNPJ Nº. 05.075.442/0001-10. Objeto: Fornecedor parcelado de combustíveis, lubrificantes, fluido de freio e arla flua para o município de Jericó/PB. Data rescisão: 10/09/2015. Claudécide de Oliveira Melo - Prefeito Constitucional

Prefeitura Municipal de Malta

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
 COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
 TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015

OBJETIVO: Execução de obra de reconstrução de 08 (oito) Casas (melhoria habitacional para controle de doença de chagas) conforme especificações na planilha orçamentaria e edital e seus anexos, e lei 8.666/93. ABERTURA: 30 de Setembro de 2015 às 08:40h. INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter o Edital na sala da CPL, na Rua Manoel Marques, 33, Centro, Malta - Estado da Paraíba. Informações pelo fone: (83) 3471-1232. Malta, PB 08 de Setembro de 2015

ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA
 Presidente CPL

Prefeitura Municipal de Jacaraú

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACARAÚ

AVISO DE LICITAÇÃO
 TOMADA DE PREÇOS Nº 00007/2015

Toma público que fará realizar através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Rua Augusto Lima, 45 - Centro - Jacaraú - PB, às 10:00 horas do dia 30 de Setembro de 2015, licitação modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, para: Construção do Prédio de Unidade Básica de Saúde - UBS, localizada neste município. Recursos: previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Informações: no horário das 08:00 as 12:00 horas dos dias úteis, no endereço supracitado. Telefone: (083) 32951880.

Jacaraú - PB, 10 de Setembro de 2015
ANA RAQUEL FREIRE DE MENDONÇA
 Presidente da Comissão

Prefeitura Municipal de São José de Piranhas

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015

O Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio, constituída pela portaria nº. 079/2015 de 19 de Janeiro de 2015, da PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB, vem através deste AVISO tornar público para os interessados, o resultado de julgamento do PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na LOCAÇÃO DE

EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DAS FESTIVIDADES DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DESTE MUNICÍPIO, versão 2015, que realizar-se-á em praça pública - do dia 24 para o dia 25 de Setembro de 2015.

VENCEDOR:
 ADRIANO DOS SANTOS JALES -ME, inscrita no CNPJ 07.115.086/0001-47 R\$ 29.058,50 (vinte e nove mil cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).

São José de Piranhas-PB, 11 de Setembro de 2015.
JOSÉ IDOMAR DE SOUSA BENTO
 Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Puxinanã

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PUXINANÃ

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 00024/2015

O pregoeiro Oficial da PMP comunica aos interessados que o PP 00024/2015 que estava marcando para 16/09/2015 às 09:00hs, fica adiado com data a ser publicada posteriormente pelos mesmos meios, por motivo de impugnação do Edital por parte das empresas MODERNA LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS - LTDA e BARBOSA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS (EDUARDO DA SILVA BARBOSA). Informações: no horário 08:00 as 12:00 diasúteis. Telefone: (083) 3380-1007. Email: puxinanamilicitacoes@gmail.com Puxinanã - PB, 11/09/2015.

FRANCO NERO DE SOUSA
 Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO
 PROC. ADMINISTRATIVO Nº 00101/2015 CONCORRÊNCIA Nº 0001/2015

Toma público através da Comissão Permanente de Licitação, sediada na Praça Sérgio Maia, 66 - Centro - Catolé do Rocha - PB, que a licitação na modalidade Concorrência nº 0001/2015 do tipo menor preço, para: Contratação de empresa especializada para serviços de pavimentação em paralelepípedos nas Ruas Calixto Fernandes de Sousa, Alcio Vieira da Silva e Sérgio de Freitas, nesta Cidade. Tendo em vista que após análise do setor de Engenharia, Controladoria e Comissão de licitação decidiram pela habilitação das empresas licitantes: C.L. Construções & Serviços Ltda. (CNPJ nº 10.634.109/0001-34); Rubim Construções e Locações Ltda - ME (CNPJ nº. 10.480.822/0001-70) e R & R Construções Fretel - ME (CNPJ nº 05.052.764/0001-44). O teor do julgamento se encontra à disposição dos licitantes para consulta, na sede da PMCR. Abre-se prazo de recurso administrativo de 05 (cinco) dias úteis aos manifestantes, que querendo, apresentem as razões no Protocolo Geral da PMCR, conforme edital, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr a partir do término do prazo das recorrentes. Caso a ausência de manifestação recursal, a Sessão para abertura do envelope de Proposta fica para às 09:00h do dia 22/09/2015. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Praça Sérgio Maia, 66 - Centro - Catolé do Rocha-PB, no horário das 08:00 as 12:00 horas em dias úteis. Tel. (083)34411383.

Catolé do Rocha-PB, 11 de Setembro de 2015
JOÃO PATRÍCIO VIEIRA ALVES
 Presidente da CPL

EXTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATOLÉ DO ROCHA

EXTRATO DE CONTRATOS

OBJETO: LOCAÇÃO DE VEÍCULOS TIPO CAÇAMBA COM CONDUTOR E AJUDANTE EM CARÁTER EMERGENCIAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES REFERENTES À COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS NÃO PERIGOSOS NA ZONA RURAL E URBANA DESTE MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00002/2015.

DOTAÇÃO: Recursos Próprios do Município de Catolé do Rocha: FPM/ICMS E OUTROS 15.452.029.2069 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE INFRA ESTRUTURA 15.122.029.2080 - MANUTENÇÃO SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA 339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias

PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Catolé do Rocha e:
 CT Nº 00167/2015 - 10.09.15 - MARCOS BARRÊTO EVANGELISTA - R\$ 15.000,00
 CT Nº 00168/2015 - 10.09.15 - NATERCIO COSMO DA SILVA - R\$ 15.000,00
 CT Nº 00169/2015 - 10.09.15 - FRANCISCO SALES CAVALCANTE - R\$ 15.000,00
 CT Nº 00170/2015 - 10.09.15 - FERNANDO DE FREITAS LIMA - R\$ 15.000,00
 CT Nº 00171/2015 - 10.09.15 - PEDRO OTACILIO DA SILVA - R\$ 15.000,00
 CT Nº 00172/2015 - 10.09.15 - WILSON PAIVA DA SILVA - R\$ 15.000,00
 CT Nº 00173/2015 - 10.09.15 - JOSIRAN BEZERRA ALVES - R\$ 15.000,00
 Catolé do Rocha-PB, 10 de Setembro de 2015
 LEOMAR BENÍCIO MAIA - Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Aquisição de cadeiras para atender as necessidades da sala do gabinete do prefeito, bem como as necessidades das unidades de saúde, deste município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA-PB

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Nº 240

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO
ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
Lei nº. 03/74 de 18 de Outubro de 1974

Edição: Especial

Data: 15/09/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MALTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015

OBJETIVO: Execução de obra de reconstrução de 08 (oito) Casas (melhoria habitacional para controle de doença de chagas) conforme especificações na planilha orçamentaria e edital e seus anexos, e lei 8.666/93,

ABERTURA: 30 de Setembro de 2015 as 08:40hs

INFORMAÇÕES: Os interessados poderão obter o Edital na sala da CPL, na Rua Manoel Marques, 33, Centro, Malta- Estado da Paraíba. Informações pelo fone: (83) 3471-1232.

Malta, PB 08 de Setembro de 2015

ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA
Presidente CPL